

Declaração de Brazzaville

Nosso compromisso com os povos, nossos territórios, o planeta e a parceria:

Um caminho unificado para a COP30 e além

Nós, povos indígenas e comunidades locais das maiores e mais vitais bacias florestais tropicais e ecossistemas da África, Ásia, Mesoamérica e América do Sul, nos reunimos com nossas mulheres, jovens, parceiros e aliados para o Primeiro Congresso Global de Povos Indígenas e Comunidades Locais (e Congresso) das Bacias Florestais em Brazzaville, República do Congo.

Expressamos nossa gratidão à República do Congo por seu apoio inabalável para tornar este encontro histórico possível. Estendemos nossa gratidão ao Presidente da República do Congo, Sua Excelência, Denis Sassou Nguesso, por sua liderança e hospitalidade. Agradecemos à Sra. Rosalie Matondo (Ministra da Economia Florestal e Sustentabilidade) e ao Sr. Aime Ange Wilfrid Bininga (Ministro da Justiça, Guardião do Selo, dos Direitos Humanos e da Promoção dos Povos Indígenas) por sua generosa assistência e comprometimento em sediar este encontro crucial. Reconhecemos à República do Congo seu reconhecimento dos Povos Indígenas em seu contexto nacional.

Durante séculos, cuidamos e sustentamos os ecossistemas mais vitais da Terra. Protegemos florestas, rios, pastagens, manguezais, oceanos e todos os outros ecossistemas. Nossos modos de vida estão enraizados no respeito, na reciprocidade e na harmonia com a natureza. Hoje, a ciência confirma o que nosso povo sempre soube: somos os administradores mais eficazes da biodiversidade e dos sistemas naturais que regulam nosso clima. No entanto, apesar do crescente reconhecimento global de nossas contribuições, continuamos a enfrentar ameaças crescentes às nossas vidas, aos nossos direitos e territórios, desde a mineração até a expansão prejudicial do agronegócio. Esses não são ataques isolados e individuais, são ataques a territórios indígenas, comunidades inteiras e a toda a humanidade.

Num momento em que a cooperação global está sob pressão e as crises climática e natural se agravam, estamos aqui unidos, em unidade, solidariedade e com um propósito profundo. Mais de trezentos (300) representantes de povos indígenas e comunidades locais reuniram-se aqui em Brazzaville e convocaram representantes da ONU, do governo e parceiros para dialogar sobre as nossas prioridades e reivindicações. A nossa colaboração neste Congresso, que abrange continentes, tradições e gerações, é um poderoso lembrete de que a força reside na ação coletiva. Estamos prontos para continuar a alavancar a profundidade dos nossos sistemas de conhecimento tradicional e o nosso espírito de cooperação para traçar um caminho comum rumo a um futuro justo, habitável e equitativo.

À medida que olhamos para a COP30 e para o futuro, oferecemos uma visão compartilhada para um futuro em harmonia com a natureza — uma visão em que nossas contribuições são reconhecidas, nossos direitos defendidos e nossa liderança acolhida. Na COP30, clamamos por um legado concreto em termos de reconhecimento, proteção e direitos à terra.

que trabalhando juntos, baseados no respeito e na parceria, o mundo pode superar os desafios que enfrentamos e regenerar nosso planeta. A resposta somos nós!

Para concretizar esta visão, reafirmamos as seguintes exigências partilhadas e apelamos aos governos, à comunidade internacional e aos decisores para que:

1. Reconhecer, proteger e assegurar nossos direitos à terra e à posse. Garantir nossos direitos à terra e aos recursos é fundamental para nossa gestão ambiental, meios de subsistência sustentáveis e sobrevivência cultural.

Reconhecer nossas terras e territórios não é apenas uma questão de justiça e lei — é necessário para enfrentar os desafios climáticos, de biodiversidade e de desenvolvimento do mundo. O reconhecimento e a proteção de nossas terras e territórios também devem fazer parte da política de mitigação climática. Quando nossos direitos são respeitados, a natureza, todos e tudo prosperam.

2. Protejam nossas terras, territórios e líderes: parem de matar e criminalizar. Estamos na linha de frente da Mãe Terra e da ação climática. Garantir a vida, a segurança e o bem-estar de nossos povos indígenas e líderes comunitários, e impedir a revogação dos direitos à terra, são essenciais para proteger a biodiversidade, promover os direitos humanos e alcançar as metas dos compromissos globais de combate às mudanças climáticas, incluindo o Acordo de Paris e o Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal.

3. Respeite nosso Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI). Salvaguarde os direitos dos povos indígenas à participação plena e efetiva nas decisões que afetam nossa vida e nossos ecossistemas, respeitando nossos direitos ao Consentimento Livre, Prévio e Informado. Isso gera confiança, garante transparência e fortalece os resultados para as pessoas e para o planeta. Os governos devem tornar o CLPI um princípio universal e juridicamente vinculativo e uma pré-condição para aprovação de quaisquer atividades que possam impactar nossas vidas.

4. Respeite nosso Conhecimento Tradicional, Ciência, Prática e Inovações. Nossos sistemas de conhecimento são construídos ao longo de gerações de convivência em harmonia com a natureza. Eles oferecem insights inestimáveis sobre adaptação climática, resiliência e sustentabilidade. Reconhecer e integrar nosso conhecimento com outras ciências fortalece a capacidade mundial de responder à crise ambiental.

5. Acesso a financiamento direto, incluindo financiamento climático e de biodiversidade. Estamos prontos para financiamento direto. Agora temos nossos próprios mecanismos de financiamento globais, regionais, nacionais e subnacionais. Todos os outros mecanismos de financiamento devem ser reestruturados e reinventados em parceria conosco, para refletir nossas realidades, defender nossa capacidade de atuação e apoiar nossas prioridades. Exigimos um novo compromisso global de financiamento de PIs e CLs na COP 30 para garantir nossa existência contínua em nossos territórios. É hora de novos compromissos de financiamento diretos e ambiciosos.

Para atender a essas demandas, apelamos:

Governos:

1. Instamos os governos a ratificar e implementar normas e instrumentos de direitos humanos relevantes para os povos indígenas, incluindo a CERD, a OIT 169 e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

2. Instamos os governos a cumprirem o seu compromisso com a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), incluindo a Recomendação Geral

N.º 39 sobre os direitos das mulheres e meninas indígenas, promovendo e facilitando os direitos dos povos indígenas e das mulheres às terras, territórios e recursos, bem como a inclusão na governança dessas áreas e seus direitos de se beneficiarem deles, promovendo e facilitando os direitos iguais dos povos indígenas e das mulheres da comunidade às terras, territórios e recursos, incluindo a participação igualitária e a inclusão das mulheres na governança dessas áreas e seus direitos de se beneficiarem deles.

3. Governos: (ponto 2) Instamos os governos a cumprirem seu compromisso com a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), incluindo a Recomendação Geral nº 39 sobre os direitos das mulheres e meninas indígenas, promovendo e facilitando os direitos iguais dos povos indígenas e das mulheres das comunidades a terras, territórios e recursos, incluindo a participação e inclusão igualitária das mulheres na governança dessas áreas e seus direitos de se beneficiar delas.
4. Exigimos que todas as ações climáticas incluam a proteção efetiva dos territórios de Povos Indígenas em Isolamento e Contato Inicial (PIACI), devido à sua imensa importância e extrema vulnerabilidade.
5. Instamos os governos a acelerarem urgentemente as ações para pôr fim à desflorestação e à degradação florestal. degradação florestal até 2030, em conformidade com a Declaração de Glasgow sobre Florestas e o Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal (KM GBF), respeitando e promovendo os direitos dos PIs e CLs. Além disso, todos os governos devem implementar integralmente o KM GBF e sua meta abrangente de deter e reverter a perda da natureza até 2030. Especificamente, o reconhecimento das terras dos povos indígenas e das comunidades locais e a governança da natureza devem receber atenção especial dos países como uma estratégia indispensável para atingir a meta 3 (a meta 30 por 30). Também é fundamental que os governos iniciem reformas abrangentes para reduzir e redirecionar subsídios prejudiciais e outros incentivos financeiros que impulsionam a destruição da natureza e de nossas terras ancestrais, conforme acordado no KM GBF.
6. Instamos os governos a reconhecerem e a priorizarem explicitamente o reconhecimento legal e proteção dos povos indígenas e territórios tradicionais em suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e Planos Nacionais de Biodiversidade (NBSAPs) para salvaguardar a biodiversidade, acabar com o desmatamento e a degradação florestal e garantir o progresso em direção ao desenvolvimento sustentável.
7. Apelamos aos governos e aliados para que apoiem a produção de dados/mapas globais sobre o estado das florestas, ecossistemas e direitos à terra dos povos indígenas.
8. Instamos os governos a iniciar e promulgar uma convenção global para proteger os defensores dos direitos humanos ambientais, incluindo povos indígenas e líderes comunitários locais.
9. Instamos os governos a tomarem medidas urgentes para combater a corrupção e a impunidade que impulsionam ameaças, criminalização e violência contra os povos indígenas e mitigar o risco de retrocesso de direitos, ao mesmo tempo em que apoiam as medidas de proteção coletiva das comunidades indígenas.
10. Instamos os governos a pôr termo aos combustíveis fósseis, à mineração e a outras actividades destrutivas Terras e territórios de povos indígenas e comunidades locais.

11. Apoiamos e nos inspiramos no espírito da Declaração de Genebra e da iniciativa da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), que clama por uma transformação fundamental na forma como o conhecimento é respeitado, protegido e compartilhado globalmente, para descolonizar o conhecimento e as estruturas de poder existentes e nos centralizar na tomada de decisões globais. Instamos a OMPI, como governança internacional do conhecimento, a reconhecer nossos direitos como detentores do conhecimento e guardiões da biodiversidade, visto que o atual sistema de propriedade intelectual frequentemente exclui nosso conhecimento e ciência tradicionais ou os explora sem o nosso consentimento.
12. Os povos indígenas da Ásia representam pelo menos 70% dos povos indígenas do mundo. Habitamos os mais diversos ecossistemas de montanhas, florestas, costas e pequenas ilhas, mas enfrentamos sérios desafios às nossas terras, territórios e recursos. Além disso, os povos indígenas da Ásia sofrem por serem a região mais militarizada. Portanto, instamos os governos asiáticos a reconhecerem nossos direitos, protegerem nossas vidas e direitos à terra como povos indígenas. Apelamos ao fim imediato de todas as formas de criminalização e violência contra os povos indígenas e nossos líderes.
13. Os povos indígenas da Ásia convidam o Relator Especial das Nações Unidas sobre a Situação dos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais dos Povos Indígenas a realizar visitas a países da Ásia e a elaborar relatórios subsequentes.
14. Instamos os governos da Bacia do Congo a:
 - Proteger imediatamente as terras controladas consuetudinariamente pelos povos indígenas e comunidades locais, simplificando os procedimentos de titulação de terras, integrando as terras indígenas aos planos nacionais de uso da terra, reconhecendo legalmente todos os territórios indígenas, reformando as leis de terras e aplicando as leis existentes que apoiam os direitos dos povos indígenas.
 - Estabelecer um comitê de monitoramento para rastrear e garantir o cumprimento dos compromissos de direitos à terra, com participação plena, ativa e efetiva de PIs e CLs para garantir transparência, responsabilização e alinhamento com nossas prioridades.
 - Reconhecer as áreas de conservação dos povos indígenas e das comunidades locais (ICCAs) na legislação nacional e no NBSAP.
15. Instamos os governos da Mesoamérica a:
 - Acelerar 22 milhões de hectares sob controle de PIs e CLs e aumentar o investimento territorial direto para 30% até 2027. Mais de 51 milhões de hectares na região mesoamericana exigem titulação, recuperação ou controle territorial fortalecido por PIs e CLs.
 - Acabar imediatamente com a perseguição, criminalização e violência contra líderes que defendem nossos direitos, florestas e ecossistemas na Mesoamérica.
16. Instamos os países latino-americanos a ratificarem com urgência o Acordo de Escazú. não deve permanecer um gesto simbólico, deve ser implementado com mecanismos que garantam a participação plena e efetiva dos Povos Indígenas em suas estruturas de governança.
17. Instamos o Governo Brasileiro a:

- Demarcar as 70 terras indígenas que estão em fase declaratória até a COP 30.
- Remover invasores de todos os territórios demarcados e legalmente registrados.
- Mostrar progressos concretos na titulação de territórios tradicionais.
- Revogar com urgência a Lei 14.701/2023, que impõe sérias ameaças às garantias constitucionais, inclusive por reforçar a tese do "Marco Temporal". Essa lei atenta contra direitos dos Povos Indígenas e deve ser revogada, devendo ser alinhada à Câmara de Conciliação promovida pelo Supremo Tribunal Federal.

1. Instamos o Governo indonésio a adotar imediatamente a Lei dos Povos Indígenas, acabar com a criminalização, a grilagem de terras e a transmigração em nossa terra ancestral.

2. Solicitamos que Sua Excelência, Presidente da República do Congo, organize um diálogo de alto nível com os países da bacia florestal durante a COP30 sobre Defesa da Proteção e Colaboração com Povos Indígenas. Este deve ser organizado em colaboração com os membros do GATC, com o apoio de nossos aliados estratégicos e doadores.

3. Instamos os governos a anunciar um compromisso sem precedentes, concreto e ambicioso sobre o reconhecimento e a proteção das terras dos povos indígenas e das comunidades locais na COP30. Isso deve incluir um plano de implementação claro, incluindo cronograma e metas.

Financiamento de povos indígenas e comunidades locais:

4. O Movimento de Mulheres da Aliança Global de Comunidades Territoriais exorta aliados, doadores e governos a priorizar a participação plena e efetiva de mulheres indígenas e de comunidades locais em soluções climáticas e de biodiversidade, respeitando nossa experiência e conhecimento ancestral como líderes na criação de um futuro justo e habitável.

5. Como a futura geração de líderes, o Movimento Jovem é a energia da Aliança Global de Comunidades Territoriais e exigimos maior inclusão de jovens de Povos Indígenas e Comunidades Locais na tomada de decisões, com acesso direto a financiamento que possa fortalecer nossas capacidades e apoiar nossa mobilização.

6. Exigimos que a fonte de recursos para o financiamento climático respeite os direitos dos PIs e CLs. O financiamento não deve provir de atividades que envolvam exploração ou violações de direitos. Os fundos direcionados a governos não devem apoiar projetos associados à grilagem de terras e violações de direitos humanos, incluindo: infraestrutura prejudicial, extração de combustíveis fósseis, transição justa, plantações em grande escala, mineração, agronegócio e exploração madeireira em terras de povos indígenas e comunidades locais.

7. Exigimos um sistema de rastreamento e monitoramento do financiamento para facilitar a transparência e a responsabilização do financiamento. Um indicador específico deve ser incluído sobre o financiamento direto para povos indígenas e comunidades locais.

8. Exigimos que todos os mecanismos de financiamento, bem como doadores públicos, privados e filantrópicos para o clima, a biodiversidade e a proteção ambiental, nos incluam em suas estruturas de governança e tomada de decisões. Uma alocação mínima de 40% do financiamento direto será destinada dire

Povos Indígenas e Comunidades Locais. O acesso direto significa financiar-nos através das nossas próprias organizações e mecanismos representativos, não

por meio de intermediários ou cadeias de atores não locais em processo de redução. O financiamento direto não deve ser confundido com investimentos em políticas públicas por parte dos governos.

9. Exigimos que todos os mecanismos financeiros, bem como doadores públicos, privados e filantrópicos apoiem o acesso direto com estratégias de fortalecimento da capacidade das organizações de Pls e CLs e mecanismos de financiamento existentes para gerenciar o financiamento direto.

10. Saudamos e apoiamos o novo Compromisso de Posse Florestal dos Pls e CLs e pedimos que ele inclua todos os ecossistemas em países com florestas tropicais e tenha uma meta de financiamento direto de 40% para organizações e fundos de Pls e CLs. Incentivamos fortemente os doadores que ainda não fazem parte do Compromisso de Posse Florestal dos Pls e CLs a se comprometerem com este compromisso.

11. Observamos o desenvolvimento do Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF) como um novo mecanismo de financiamento em larga escala para incentivar a proteção das florestas tropicais. Acolhemos o convite do TFFF para nos envolvermos e co-projetarmos para que pelo menos 20% do financiamento seja destinado diretamente a Pls e CLs.

Estamos juntos hoje em Brazzaville, comprometidos em promover um futuro em que a humanidade viva em equilíbrio com a natureza. Apelamos à participação plena e efetiva na tomada de decisões que afetam nossas vidas, terras, governança, culturas e comunidades. Buscamos parcerias entre iguais, baseadas no respeito, onde as soluções sejam cocriadas em condições de dignidade e igualdade, e haja uma distribuição equitativa dos benefícios.

Nós, Povos Indígenas e comunidades locais, não somos apenas partes interessadas; somos detentores de direitos, detentores de conhecimento e parceiros-chave na construção de um futuro sustentável e justo para todos. Nossas soluções são únicas, válidas e insubstituíveis para toda a Vida na Terra. Este Primeiro Congresso é um marco histórico no fortalecimento da nossa unidade e nos comprometemos a nos reunir novamente em um segundo Congresso Global para fortalecer os pontos em comum que nos mantêm unidos em prol do nosso planeta e dos nossos povos.

Esta declaração é a nossa oferta coletiva ao mundo: um compromisso de trabalharmos juntos — em diferentes geografias, setores e gerações — para proteger a nossa Mãe Terra para todos. Estamos mobilizados em nossas ações, mas o tempo está se esgotando e, para mudar tudo, precisamos de todos agora!

Apelamos aos nossos irmãos e irmãs, mulheres, jovens e anciãos dos povos indígenas, comunidades locais, povos afrodescendentes, nossos aliados, nossos parceiros e todos os governos para se juntarem a nós agora. A resposta somos nós, todos nós!

Brazzaville, República do Congo, 30 de maio de 2025



Aliança Global de Comunidades Territoriais/GATC

